



A EDUCAÇÃO NO CAMPO EM IMPERATRIZ: reflexões iniciais acerca das relações entre campo e cidade

Tania Silva Sales – Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

Este artigo analisa as contribuições históricas, sociais e culturais do campesinato para o desenvolvimento urbano e educacional de Imperatriz-MA, destacando os traços camponeses ainda presentes na formação social, econômica e pedagógica da cidade. A reflexão parte da problemática de como o avanço da urbanização tem provocado o apagamento das identidades rurais e de que modo é possível integrar os saberes, valores e práticas camponesas à educação urbana. A pesquisa, de caráter bibliográfico e observacional, fundamenta-se em autores como Dermeval Saviani, Maria Ciavatta, Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva, articulando discussões sobre a pedagogia socialista, a educação do campo e a resistência cultural. Evidencia-se que, apesar das transformações impostas pela modernidade capitalista, o modo de vida camponês se reinventa nos espaços urbanos, sobretudo por meio das práticas de comércio popular, das feiras e da agricultura familiar, constituindo-se como expressão viva de resistência, trabalho e identidade social.

Palavras-chave: Educação do Campo. Cultura Camponesa. Desenvolvimento Urbano. Imperatriz-MA. Identidade Social.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a contribuição do campo na zona urbana de Imperatriz-MA, refletindo sobre a complexa relação entre o rural e o urbano, que se manifesta como um grande desafio na construção de uma educação mais justa e inclusiva. Em Imperatriz, no Maranhão, o processo de urbanização acelerada apagou, em parte, as marcas culturais e sociais da origem camponesa que formou a identidade local. Contudo, o estudo se propõe a analisar os traços camponeses na educação e no desenvolvimento urbano, buscando evidenciar como esses saberes e práticas culturais resistem e ainda moldam a dinâmica social e econômica da cidade. A presente pesquisa busca refletir sobre esses traços camponeses que ainda persistem na cidade, especialmente na educação e nas práticas culturais, analisando suas contribuições históricas e seus efeitos no desenvolvimento urbano e social.

Para solidificar o alicerce teórico-crítico desta reflexão, é fundamental enquadrar a proposta da Educação do Campo (EdoC) nas grandes tendências filosófico-políticas da educação e seu papel na sociedade (Luckesi, 1989). A partir dessa lente, a Educação do Campo é examinada como um movimento pedagógico que se distancia tanto da visão redentora (que acredita na educação como salvadora e reformista da ordem social sem transformá-la), quanto



da visão reprodutivista (que a vê apenas como um mecanismo de manutenção do *status quo* e da ideologia dominante).

Essa temática se ancora em estudos locais que questionam a dicotomia rígida entre os dois espaços. Conforme a análise da geógrafa Rosirene Martins Lima (2003) sobre o espaço de Imperatriz, a cidade "mescla situações tidas como rurais e urbanas no seu conjunto, produzindo um espaço diverso, multiforme". Essa perspectiva local é crucial para fundamentar o objetivo central do estudo.

O objetivo geral deste estudo é analisar as contribuições do campesinato para o desenvolvimento urbano e educacional de Imperatriz-MA. Como objetivos específicos, propõe-se: a) identificar os traços camponeses presentes nas práticas culturais e educativas da cidade; b) compreender como a urbanização impacta a preservação da identidade rural; c) discutir de que maneira os saberes do campo podem ser integrados à educação urbana.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender Imperatriz não apenas como cidade moderna e em expansão, mas como território de memórias, saberes e práticas camponesas que continuam a moldar seu cotidiano social, econômico e educativo. Além disso, o estudo se justifica pela necessidade de demonstrar como as práticas econômicas, culturais e educativas de origem rural contribuem para o desenvolvimento urbano e para a formação de uma consciência social mais crítica e solidária, essencial para a construção de uma sociedade mais justa

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação do Campo no Brasil emergiu como um movimento de resistência e afirmação cultural, com raízes profundas nos processos sociais e políticos das comunidades rurais. Essa trajetória está intrinsecamente ligada à Pedagogia Socialista, que oferece o referencial teórico e filosófico para a construção de um projeto de formação humana integral e emancipatória.

A articulação entre esses campos é crucial para a proposta deste artigo, pois permite analisar o campesinato não apenas como um estrato econômico, mas como um sujeito histórico e produtor de saberes, cuja identidade é permanentemente ameaçada pela lógica do desenvolvimento urbano e capitalista.

O Trabalho como Princípio Educativo na Pedagogia Socialista



Segundo Saviani (2008), a Pedagogia Socialista se fundamenta na ideia de que a educação deve ser um instrumento de emancipação humana e transformação social, contrapondo-se ao papel da educação burguesa, que, de modo geral, atua como reprodutora das desigualdades estruturais. Essa perspectiva é vital no contexto camponês, onde a escola deve vincular-se à luta por terra, por melhores condições de vida e pela preservação da cultura.

O cerne dessa pedagogia reside no conceito de Trabalho como Princípio Educativo. Conforme defendido por teóricos como Maria Ciavatta (2009), o trabalho deve ser entendido não apenas em sua dimensão instrumental (preparação para o mercado de trabalho), mas em seu sentido ontológico, como a atividade fundante do ser social e da produção da cultura.

Na perspectiva histórico-crítica, o trabalho é a mediação pela qual o ser humano se apropria e transforma a natureza, ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo. Ao resgatar essa concepção, a Educação do Campo reconhece o trabalho agrícola como uma forma legítima de produção de conhecimento, que envolve o domínio de ciências, a organização coletiva e a preservação de valores culturais.

A escola, sob essa ótica, não pode ser um espaço neutro de transmissão de saberes urbanos descontextualizados. Pelo contrário, torna-se um território de afirmação da cultura camponesa e de resistência às desigualdades. A proposta da Politecnicia — a articulação entre trabalho produtivo, ciência e cultura — surge como o caminho pedagógico para superar a dicotomia histórica entre o trabalho manual e o trabalho intelectual (SAVIANI, 2011).

Pensadores russos da Pedagogia Socialista e do Movimento da Escola do Trabalho, como Pistrak (2000) e Makarenko (1989), já defendiam que a escola deveria ser integrada à vida produtiva da comunidade. No Brasil, essa integração é retomada pelas propostas de Educação do Campo, especialmente por movimentos sociais como o MST, que colocam o trabalho como atividade central no currículo e na gestão escolar, promovendo a formação humana integral e a construção de uma nova hegemonia cultural (SAVIANI, 2011, p. 410).

Campesinato: Categoria de Resistência e Sujeito de Conhecimento

A análise do campesinato transcende a visão simplificada de mero produtor de alimentos ou de um grupo social fadado ao desaparecimento pela modernização. Neves e Silva (2008) destacam que o campesinato brasileiro se constitui como um processo histórico de resistência e reinvenção diante das transformações impostas pelo capital e pelo Estado.



Mesmo sob a pressão do agronegócio e da expansão urbana, os camponeses preservam formas próprias de sociabilidade, trabalho e educação, que se contrapõem à lógica individualista e exploratória do capital. Essa preservação é um ato político, conforme argumenta Roberta Lobo (2015), que coloca a Educação do Campo como um movimento que afirma o modo de vida camponês contra a tentativa de invisibilização da identidade rural.

A importância de considerar o campesinato como sujeito ativo é central para esta pesquisa. Em Imperatriz, o intenso êxodo rural e a expansão da cidade forçaram muitas famílias de origem camponesa a se deslocarem para as periferias urbanas. No entanto, essa migração não resultou em uma perda total da identidade, mas sim em uma reconfiguração.

O modo de vida camponês, com seus valores de cooperação, seu conhecimento profundo sobre os ciclos da natureza e suas técnicas de produção de alimentos, constitui um capital cultural valioso. Em uma perspectiva que se aproxima do conceito de Capital Cultural (originalmente formulado por Pierre Bourdieu), entendemos que o conhecimento do campo — adquirido por meio da herança e da prática familiar — representa um conjunto de saberes, competências e disposições que, embora seja altamente funcional no meio rural, é sistematicamente desvalorizado pela instituição escolar de matriz urbana. O reconhecimento desse capital pela escola é um pré-requisito fundamental para a construção de um currículo que não apenas acolha, mas valorize a experiência de vida do aluno, promovendo, assim, a emancipação social (LOBO, 2015). A resistência camponesa, portanto, se manifesta na capacidade de manter laços e saberes no novo espaço, sendo esse capital fundamental para a compreensão da dinâmica social e pedagógica da cidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e observacional, de abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica é fundamental para o "Levantamento teórico", pois propicia o exame do tema sob um novo enfoque a partir do registro disponível em obras publicadas (LAKATOS; MARCONI, 2003). Para este estudo, a base teórica essencial reside em autores que discutem o campesinato, a pedagogia socialista e a educação do campo, como Dermeval Saviani (2008, 2011), Maria Ciavatta (2009), Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva (2008, 2014).



A abordagem qualitativa, por sua vez, trabalha com o universo dos significados, motivos, crenças e valores, sendo adequada para captar a complexidade das relações sociais e culturais entre campo e cidade (MINAYO, 2009).

O estudo também incorpora observações diretas do espaço urbano de Imperatriz, especialmente nos bairros Mercadinho e Nova Imperatriz, onde é possível identificar práticas e dinâmicas socioeconômicas de origem rural. A observação é uma técnica essencial na pesquisa qualitativa, pois permite ao pesquisador captar a realidade dos fenômenos no seu contexto natural, o que pode ser crucial para identificar aspectos do comportamento ou da cultura que os indivíduos não têm consciência de expressar (GIL, 1999).

Nesse sentido, a técnica de observação é respaldada por diversos autores. Gil (1999) afirma que a observação auxilia o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que influenciam seu comportamento. Ele também destaca que a observação pode adotar modalidades diversas, sobretudo em função dos meios utilizados e do grau de participação do pesquisador (GIL, 1999, p. 111). Lüdke e André (1986) enfatizam que a observação é uma técnica para a coleta de dados que permite uma aproximação mais direta com a realidade, captando os elementos de contexto e o desenrolar das ações cotidianas.

Minayo (2009) afirma que a observação como parte do arsenal metodológico que permite ao pesquisador uma "compreensão detalhada" dos fenômenos, que no caso deste trabalho, envolve as manifestações culturais camponesas no ambiente urbano.

A análise foi desenvolvida em três etapas principais: Levantamento teórico, com leitura e sistematização de obras que abordam a educação do campo e o papel histórico do campesinato; Observação empírica, voltada à identificação e registro das manifestações camponesas no contexto urbano de Imperatriz (como as feiras e o comércio popular); Interpretação crítica, articulando os conceitos teóricos com os dados observacionais, de modo a compreender como o campo se manifesta na cidade e quais as implicações pedagógicas e sociais dessa coexistência.

Essa metodologia qualitativa, ancorada na abordagem dialética (MINAYO, 2009), permitiu uma leitura crítica da realidade, reconhecendo a coexistência e a contradição entre tradição e modernidade, campo e cidade, resistência e transformação. A abordagem dialética é essencial para a "Interpretação crítica", pois busca penetrar o mundo dos fenômenos por meio



da sua ação recíproca e das contradições inerentes, o que se alinha com a proposta de analisar a resistência camponesa no contexto urbano capitalista.

A pesquisa parte da problemática de como o avanço da modernidade capitalista e o consequente êxodo rural têm provocado o apagamento das identidades camponesas no ambiente escolar, gerando um currículo urbanocêntrico que desvaloriza o conhecimento e o modo de vida de grande parte do seu alunado. Em contraponto, a investigação, de caráter bibliográfico e observacional, busca evidenciar que o modo de vida camponês se reinventa nos espaços urbanos, sobretudo por meio das práticas de comércio popular, das feiras e da agricultura familiar, constituindo-se como uma expressão viva de resistência.

O estudo propõe, portanto, um diálogo crítico entre o referencial teórico da Educação do Campo e o fenômeno local de Imperatriz, sustentando que a integração dos saberes camponeses é um imperativo ético e pedagógico para a construção de uma educação emancipadora, alinhada aos princípios da Pedagogia Socialista.

O Alicerce Teórico: Pedagogia Socialista e o Campesinato como Categoria de Resistência

A Educação do Campo no Brasil emergiu como um movimento de resistência e afirmação cultural, fundamentada na Pedagogia Socialista que oferece o referencial filosófico para a formação humana integral. Segundo Saviani (2008), essa pedagogia defende que a educação deve ser um instrumento de emancipação e transformação social, recusando o papel de mera reprodutora das desigualdades.

O cerne dessa perspectiva é o Trabalho como Princípio Educativo (CIAVATTA, 2009). O trabalho agrícola, longe de ser apenas uma atividade profissional, é reconhecido como a atividade fundante do ser social e da produção de conhecimento. A escola, ao vincular-se ao trabalho produtivo da comunidade e à cultura camponesa, supera a dicotomia histórica entre o trabalho manual e o intelectual, promovendo a Politecnicidade (SAVIANI, 2011).

Essa concepção se articula com o entendimento do campesinato como uma categoria de resistência. Neves e Silva (2008) destacam que o campesinato brasileiro se constitui como um processo histórico de reinvenção diante da expansão do capital. Ao preservar formas próprias de sociabilidade, cooperação e produção, o camponês reafirma sua identidade e se consolida como um sujeito ativo e produtor de saberes, e não um mero resíduo do passado (LOBO, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A Presença do Campo no Tecido Urbano de Imperatriz: O Caso Mercadinho Em Imperatriz, a presença camponesa é uma realidade visível e atuante nas práticas cotidianas que persistem no espaço urbano, caracterizando o que Lima (2003) define, no contexto de Imperatriz, como "rural no urbano". Esta manifestação é flagrante no bairro Mercadinho, que se estabelece como um dos principais pontos de comercialização de produtos agrícolas e artesanais vindos diretamente das comunidades rurais da região Tocantina.

Para um observador externo, o Mercadinho não é apenas um mercado, mas um território de intersecção cultural e econômica. Diferentemente dos shoppings ou supermercados modernos, as feiras livres operam sob uma lógica social específica:

Economia da Confiança: As relações de troca, ajuda mútua e venda frequentemente se baseiam na confiança entre o produtor (muitas vezes o próprio camponês ou agricultor familiar) e o freguês, o que contrasta com as relações estritamente formais e impessoais do capital.

A Expressão da Resistência: A Dinâmica Social e Econômica do Mercadinho

A observação direta do espaço urbano de Imperatriz (LIMA, 2003), especialmente nos bairros Mercadinho e Nova Imperatriz, forneceu a base empírica para esta análise. O Mercadinho se destaca como o epicentro dessa presença camponesa, funcionando como um território de intersecção cultural e econômica que absorve a lógica do campo.

Nas feiras livres, a comercialização de produtos familiares — hortaliças, raízes, farinha, mel e rapadura — transcende a transação comercial. Observa-se a prevalência de uma economia solidária, de relações de confiança entre produtor e freguês, e o uso de carroças e pequenos veículos agrícolas. Esses traços não são anacrônicos, mas sim símbolos de uma cultura que se reinventa, mantendo a sociabilidade e o modo de vida camponês dentro do tecido urbano.

Essa dinâmica social e econômica demonstra que o campo não desapareceu com a urbanização; ele se reconfigurou e constitui um motor de resistência cultural e de consciência crítica, ao apresentar um modelo de produção e troca que se contrapõe à lógica de consumo e individualismo do capitalismo urbano.

O Desafio Curricular e a Proposta Emancipatória

Apesar da riqueza social e cultural que o campesinato infunde na cidade, as escolas de periferia de Imperatriz — que acolhem alunos majoritariamente de origem rural — ainda adotam currículos e metodologias desvinculados de suas experiências de vida. Essa



desvinculação reforça a dicotomia entre o saber urbano (legítimo) e o saber do campo (desvalorizado), contrariando a tese da resistência camponesa (NEVES; SILVA, 2008).

A crítica a esse currículo urbanocêntrico é central para a Educação do Campo. Caldart (2009) aponta que a escola deve ser construída com e pelo povo do campo, e que o currículo deve estar vinculado à vida real e às questões que a realidade impõe. Sem essa vinculação, a escola falha em promover a consciência crítica necessária à emancipação.

Inspirando-se nesses modelos, propõe-se que a educação urbana em Imperatriz incorpore práticas da Educação do Campo, tais como: projetos de hortas escolares e feiras agroecológicas, oficinas de saberes tradicionais (valorizando a medicina popular e o artesanato local) e formação de professores voltada à pedagogia rural.

Tais ações, ao integrarem o trabalho agrícola como forma legítima de produção de conhecimento, aproximariam a escola da realidade local, promovendo a formação humana integral e a construção de uma consciência social solidária (SAVIANI, 2011), que reconhece o valor da cultura e da resistência camponesa no desenvolvimento da cidade.

Os símbolos de Resistência: estas visivelmente nas bancas, nos produtos oferecidos (hortaliças, frutas, raízes, farinha de mandioca, mel, manteiga de garrafa e rapadura) são mais do que mercadorias; são símbolos vivos de uma cultura que resiste. Eles representam um ciclo produtivo mais lento e tradicional, em oposição à monocultura e ao agronegócio dominante na região.

Logística Campesina: O espaço urbano absorve a logística do campo por meio do uso ainda perceptível de carroças e pequenos veículos agrícolas (motocultivadores) para o transporte e a venda de mercadorias, evidenciando que o modo de vida camponês se reconfigurou e se reinventou dentro da cidade.

Esses elementos demonstram que o campo não desapareceu com a urbanização, mas criou uma dinâmica social e econômica que opera em relativa contradição com a lógica capitalista hegemônica do centro urbano.

O Desafio da Escola: Superando o Currículo Urbanocêntrico

Apesar da visibilidade do campesinato no espaço social e econômico de Imperatriz, o campo educacional reproduz, em grande medida, a dicotomia histórica entre o rural e o urbano.

As escolas das periferias, que atendem a um contingente significativo de alunos e famílias de origem rural — muitas delas resultantes do êxodo e da expulsão do campo — ainda

adotam currículos e metodologias desvinculados das ricas experiências e conhecimentos camponeses de seus alunos. Essa postura pedagógica acrítica resulta na invisibilização e, por vezes, na desvalorização do saber-fazer da terra.

Essa dicotomia se traduz em um currículo urbanocêntrico, que ignora o capital cultural trazido pelo aluno (o conhecimento sobre os ciclos da natureza, o manejo da terra, a medicina popular, as técnicas de produção). Como argumenta Caldart (2009), a Educação do Campo nasceu justamente como uma crítica à realidade da educação brasileira, que não atende às necessidades e à cultura do povo do campo.

Para Roseli Caldart (2003, 2004), a construção de um projeto político-pedagógico da escola do campo implica necessariamente em uma ruptura com a escola capitalista e seus fundamentos burgueses. O problema curricular da educação do campo não pode ser discutido sob a ótica da mera adaptação, mas sim da construção de uma escola cuja identidade esteja vinculada à vida real e às questões que a "vida real" impõe (CALDART, 2004).

Ao ignorar a raiz camponesa, a escola urbana reforça a ideia de que apenas o saber letrado e formal, típico da cidade, é legítimo, contradizendo o entendimento de Neves e Silva (2008) de que o campesinato se constitui como um processo histórico de resistência e reinvenção, preservando formas próprias de sociabilidade, trabalho e educação. O desafio é, portanto, criar um diálogo pedagógico que reconheça e valorize esse modo de vida como fonte legítima de conhecimento científico e cultural.

A Integração de Saberes e a Proposta Emancipatória

A superação do currículo urbanocêntrico passa pela incorporação de práticas que integram o trabalho e a cultura ao conhecimento escolar. Essa proposta encontra respaldo em experiências pedagógicas latino-americanas que historicamente buscaram alinhar o sistema educacional às demandas de transformação social, notadamente em:

Cuba (Após 1959): A Revolução Cubana implementou um sistema educacional focado na integração entre estudo e trabalho, principalmente no modelo da "escola no campo". O objetivo era garantir que a formação intelectual estivesse intrinsecamente ligada à prática produtiva. Isso não apenas aumentou a produção agrícola, mas também valorizou o trabalho manual e o conhecimento camponês, combatendo a dicotomia histórico-burguesa entre o trabalho manual e o intelectual (CIAVATTA, 2009).

México (Pós-Revolução): O movimento revolucionário e o zapatismo buscaram forjar uma identidade cultural baseada nas demandas populares e nas estruturas



indígenas/camponesas. Na educação, isso se traduziu em esforços históricos para criar uma escola rural que fosse um centro de desenvolvimento comunitário, promovendo a agricultura, o artesanato e a cultura local.

Inspirando-se nesses modelos, propõe-se que a educação urbana em Imperatriz incorpore práticas da Educação do Campo, tais como: projetos de hortas escolares e feiras agroecológicas, oficinas de saberes tradicionais (valorizando a medicina popular e o artesanato local) e formação de professores voltada à pedagogia rural.

Tais ações, ao integrarem o trabalho agrícola como forma legítima de produção de conhecimento, aproximariam a escola da realidade local, promovendo a formação humana integral e a construção de uma consciência social solidária (SAVIANI, 2011), que reconhece o valor da cultura e da resistência camponesa no desenvolvimento da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo demonstra, de forma inequívoca, que a presença camponesa em Imperatriz-MA não é um mero resíduo do passado, mas uma expressão viva de resistência e identidade que se reinventa cotidianamente no complexo espaço urbano.

As práticas econômicas, culturais e sociais de origem rural, observadas especialmente nas feiras livres e nos bairros de periferia, contribuem ativamente para o desenvolvimento urbano e, sobretudo, para a formação de uma consciência social mais crítica e solidária.

Essa consciência crítica é fomentada pelo reconhecimento do valor do trabalho e da origem dos alimentos, elementos que a Pedagogia Socialista e a Educação do Campo (SAVIANI, 2008; CALDART, 2009) colocam como centrais. Quando o estudante de origem camponesa vê seu conhecimento validado e o trabalho de sua família respeitado no currículo escolar, ele desenvolve uma compreensão de si e de seu papel social que questiona a lógica capitalista de invisibilização e subalternidade. A solidariedade, por sua vez, é reforçada pela observação e prática da economia solidária e da cooperação mútua presentes no modo de vida camponês.

Portanto, reconhecer o campo dentro da cidade é um ato político e pedagógico. Significa: Valorizar os saberes populares e a agricultura familiar como fundamentos de uma sociedade mais justa e sustentável;

Combater o currículo urbanocêntrico que desvaloriza o capital cultural dos alunos é necessário ter uma educação que deve ser concebida como uma ponte estratégica entre o campo



e a cidade. Tal integração, que encontra inspiração em modelos pedagógicos transformadores, como aqueles desenvolvidos em experiências cubanas e mexicanas, demonstra ser não apenas possível, mas intrinsecamente necessária. Isso garante que o conhecimento historicamente produzido pela experiência camponesa continue a fundamentar e inspirar práticas educativas verdadeiramente emancipadoras.

Desdobrando-se no contexto local, os traços camponeses que permeiam o tecido urbano de Imperatriz – manifestos nas feiras livres, nas dinâmicas escolares e no cerne das relações humanas – constituem evidências palpáveis de que a modernidade pode e deve estabelecer um diálogo profícuo com a tradição. Portanto, somente através da consolidação desse diálogo é viável construir um projeto de desenvolvimento urbano que seja sustentável e que, sobretudo, preserve ativamente a memória, o trabalho e a cultura dos sujeitos que migraram da terra, pavimentando o caminho para a sua emancipação humana integral e para a superação das dicotomias socioespaciais.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E. D. A.; LÜDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- CIAVATTA, Maria. Educação e trabalho: uma relação histórica. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LIMA, Rosirene Martins. O Rural no urbano: uma análise do processo de produção do espaço de Imperatriz – MA. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- LOBO, Roberta. Educação do Campo: resistência e emancipação. São Paulo: Cortez, 2015.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MAKARENKO, Anton. Poema pedagógico. Lisboa: Estampa, 1989.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.



NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Vol. 1. São Paulo: UNESP, 2008.

PISTRAK, Moisey. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHULGIN, Ivan. Educação e revolução. Moscou: Progress, 1977.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; PESSANHA, Delma Pessanha (Orgs.). A construção da pedagogia socialista e a educação do campo e cidadania no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2014.